



## **Jornalismo Cívico como nova proposta de relacionamento com o cidadão: análise do jornal A Semana<sup>1</sup>**

Murillo Nascimento NONATO<sup>2</sup>  
Marcus Antônio Assis LIMA<sup>3</sup>

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA

### **RESUMO**

A prática tradicional de jornalismo vem gerando o declínio da participação cidadã na comunidade. Por isso, o Jornalismo Cívico surge como uma forma de estimular o engajamento do cidadão na vida pública e propõe novos desenhos na relação entre a imprensa e o público. O presente artigo propõe uma revisão dessa relação a partir da análise do jornal A Semana, direcionando possíveis soluções para suas falhas a partir das propostas do modelo cívico.

**PALAVRAS-CHAVE:** jornalismo cívico; cidadão; participação; jornalismo tradicional.

### **Introdução**

Na década de 1990, nos Estados Unidos, surgiu o Jornalismo Cívico ou Jornalismo Público. O movimento, que tem como seus precursores Jay Ronsen e David Marrit, pretende questionar e revisar conceitos fundamentais do jornalismo tradicional e propor novas atitudes de relacionamento com o público. Vários elementos podem ser apontados como motivadores do seu nascimento. Dentre eles, está a perda de credibilidade dos meios de comunicação devido a crescente desconfiança dos cidadãos para com esses, a queda na vendagem dos jornais impressos e, sobretudo, observou-se que o modelo até então seguido não estaria contribuindo para uma maior participação dos cidadãos dentro do processo democrático.

Como explica Lima (2011), na verdade, o jornalismo tradicional tem levado o cidadão ao afastamento do debate público, um declínio da participação cívica na vida comunitária, seu distanciamento das instâncias governamentais e entre os veículos de comunicação. Segundo ele, esse efeito se constitui a partir da falha desse modelo ao

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 01 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 12 a 14 de junho de 2013.

<sup>2</sup> Graduando do 7ª semestre Curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo da UESB, email: nonato.murillo@gmail.com

<sup>3</sup> Prof. Dr. do Curso Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo da UESB, email: prof.uesb@gmail.com



limitar o acesso à comunicação a um pequeno número de indivíduos que detém poder e privilégios, enquanto exclui a participação dos demais cidadãos, tornando-os distantes e apáticos.

O movimento defende que os jornalistas devem ter como sua principal responsabilidade o incentivo ao engajamento cívico, devendo promover a qualidade da vida pública e para tanto devem derrubar o método da imparcialidade e do observador distante substituindo-as por uma prática que permita inserir o cidadão no espaço público dando-lhes a oportunidade de ter acesso à formulação de políticas pública. Como salienta Jay Rosen (1991), não é função do jornalista dar respostas para os problemas do cidadão e sim fazer com que ele se descubra como comunidade criando condições para que solucione ele próprio os problemas apresentados.

O Jornalismo Cívico prega a fuga da agenda midiática proposta pelo jornalismo tradicional como forma de buscando paralelamente uma produção socialmente responsável na tentativa de incrementar a participação cidadã, prioritariamente dos excluídos, periféricos e marginalizados. Essa busca pode ser aliada a teoria da Responsabilidade Social, que se apresenta como uma ferramenta contra o sensacionalismo e o agendamento midiático. Portanto, essa filosofia tem o valor social da notícia como critério primordial, como pontua Silva:

[...] essa categoria do jornalismo público, ou seja, aquele vocacionado para a mudança, para a qual as notícias e as mudanças que lhe são acrescidas são constitutivas de uma práxis. Dessa forma as ações sociais com vistas ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural e, em síntese, humano, não poderiam prescindir do agendamento e do noticiamento, mas, sobretudo, do fornecimento ao público de instruções, roteiro e procedimentos acerca da responsabilidade social de todos na consecução dos meios para a resolução dos problemas representados pelos fatos e suas consequências. (SILVA, 2002, p. 4)

O Jornalismo Cívico nos faz refletir acerca da forma com a qual os profissionais da área de jornalismo estabelecem relação com o cidadão. No geral o cidadão não é inserido no espaço público pelo jornalista, tem seu discurso generalizado enquanto é personalizado o discurso da elite. A comunicação com o público é na maioria das vezes aleatória e fragmentada, subestimando o cidadão como fonte capaz de fazer discussões consistentes. São consultadas prioritariamente as fontes ditas oficiais, os mesmos especialistas e autoridades, em vez de consultar o cidadão permitindo que fale sobre o problema apresentado ou que o provoque a refletir sobre ele. Como explica Lima (2011) a relação entre o jornalista e o público tem sido sempre ambígua, mantendo-se o



profissional sempre na defensiva em relação à crítica do seu público leitor e enfatiza que novos rumos dessa relação vem sendo criados a partir do surgimento das novas tecnologias que confundem a distinção antes estática que havia entre emissor e receptor.

Esse estudo pretende analisar a forma com que se constitui a relação entre o veículo de comunicação e o cidadão dentro da produção pautada no formato do jornalismo tradicional, bem como a utilização da fonte no mesmo. Para isso foram analisadas 7 matérias de capa do jornal A Semana, produzido em Vitória da Conquista e foram realizadas entrevistas com os jornalistas desse veículo. Ao final pretende-se direcionar soluções para as falhas do modelo a partir dos paradigmas do jornalismo cívico.

### **Jornalismo cívico: outra proposta de relacionamento com o cidadão**

Para que os veículos de comunicação, através do trabalho dos jornalistas, insiram o cidadão no debate público, estimulem seu interesse pela situação da comunidade e capacite-o para ser um agente transformador da mesma, é necessário modificar a relação entre ambos: jornalistas e público. Como expõe Charity (1993) “se um jornal pretende publicar sobre os cidadãos, ele tem de repensar cuidadosamente a forma de incentivar as pessoas a falar como cidadãos e como ouvir a cidadania no que dizem”. Atualmente, o que se observa dela é o distanciamento de um para o outro, geralmente trazendo o jornalista tratando seu público como mero leitor e não como o cidadão atuante, como exige o jornalismo cívico. Esse contato sempre se mostrou estremecido:

no geral, os jornalistas sentem-se constrangidos quando o público fornece alguma resposta, especialmente quando ela traz alguma crítica ao modo como algum fato é noticiado. Assim, quando as suas funções profissionais, confiabilidade e integridade são postos em dúvida, os jornalistas, de maneira auto-referencial, preferem dar atenção aos seus colegas que serem suscetíveis a sua audiência (LIMA, 2011, p. 1)

E essa conturbação se agrava com os veículos de comunicação voltados para o interesse mercadológico, em detrimento do interesse do público e com o surgimento das novas tecnologias. O limite antes estabelecido entre emissor e receptor, de estático, tornou-se maleável, cada vez mais confuso e ambíguo.

Atualmente os meios não mais pautam de forma exclusiva o que o público deve ler e ter acesso, como consequência observamos cada vez mais a escolha das notícias



sendo direcionadas pela visão mercadológica, publicando aquilo que atrai maiores audiências, que possibilita maiores vendas. A internet também veio revolucionar a relação entre os jornalistas e o resto dos cidadãos. Com o advento das novas tecnologias ligadas a rede, o público pode agora passar-se por jornalista e vice-versa. Dessa forma o monopólio da produção da informação mantida pelos jornalistas até então se extingue, tendo o cidadão e o jornalista funcionando como fonte um para o outro. Como mostra Lima (2011), se apresenta nessa conjuntura um modelo mais orientado para o consumidor de notícias do que para o cidadão.

Esse distanciamento do público vem sendo apontado como o problema fundamental do jornalismo e como observa Jay Rosen (1991), o público foi dissolvido por esse modelo. No entanto, o jornalismo só se constitui e faz sentido através do público e de sua ligação com a vida pública, sendo a reconstituição desse essencial.

Uma forma mostrada pelo movimento para a solução desse impasse é o incremento ao engajamento e a escolha das fontes. Para além do puro relato dos fatos, deve-se buscar a inserção do cidadão no debate público. Segunda a proposta do Jornalismo Cívico, deve-se inverter a lógica organizacional tradicional tendo como intuito ampliar a voz do cidadão e generalizar o testemunho das elites. É uma proposta de mudança da prática da reportagem: em vez de buscar as fontes oficiais, autoridades e especialistas, os quais são sempre buscados para tratar de assuntos que dizem respeito a comunidade, o repórter deve buscar o cidadão comum, devendo dirigir-se a ele como participantes potenciais do debate público, fugindo da vitimização desses ou de enxergá-lo apenas como um espectador passivo.

A imprensa, segundo a filosofia do Jornalismo Cívico, deve estabelecer meios para que a comunidade, ela própria, possa reconhecer-se enquanto tal, evidenciando dessa forma a sua importância no papel de transformação do meio em que vive, reconhecendo também as problemáticas as quais estão submetidos e que busquem forma de resolvê-lo.

A diferença básica na forma de produção do jornalismo cívico e o tradicional, como exemplo, podem imaginar um canal de esgoto aberto no meio de uma rua qualquer. Crianças brincam envolta da água suja, todos os moradores são obrigados a conviver com mau cheiro. Como forma de solucionar o problema, contatam os meios de comunicação para que esses chamem a atenção das autoridades cabíveis a fim de tratarem do problema. Na lógica do movimento, os jornalistas ensinariam aos moradores locais a buscarem eles próprios meios de entrarem em contato com as



autoridades. Como assinala Jay Rosen (1991), os jornalistas não devem solucionar os problemas comunitários, devem apontar formas para que os moradores da comunidade o resolvam.

Como diz Charity (1995), o modelo deve ir além e não buscar apenas tratar os leitores como cidadãos, eles devem assumir que os leitores querem ser tratados como tal e tem interesse na vida pública. O modelo cívico leva o cidadão a ser crítico e busca meios de ajuda-lo a ser consciente de si mesmo e sobre as questões comunitárias primordiais.

Lima (2011) nos mostra que na teoria os jornalistas concentram seus esforços na agenda pública, buscando história com valor social relevante e fazem perguntas que acreditam que os leitores querem/necessitam saber e voltam-se para “notícias onde ‘interesse do público’ se sobressaia ao interesse ‘público’”. Na prática, no jornalismo tradicional, a forma com que o jornalista aborda o cidadão, como o trata e o ouve, contribui pouco para incrementar a participação cidadã e despertá-lo para a vida pública ou até ajuda-los a se verem como cidadãos.

Ainda segundo Lima (2011), o jornalismo cívico oferece algumas direções a serem seguidas no momento do jornalista abordar o cidadão. Entre elas, deve-se perguntar aos leitores/cidadãos o mesmo tipo de pergunta que se faria a uma autoridade pública ou a qualquer especialista. Buscar não influenciá-los em suas repostas e sim, ouvi-los. Deve-se buscar aproximação pessoal com o entrevistado, não fazer perguntas que limitem a resposta do cidadão a “sim” ou “não” e sim fazer perguntas que leve ao entrevistado a um exame de suas próprias ideias, que apelem para o lado emotivo. Não se deve prestar atenção apenas nas partes que lhe interessam imediatamente. Deve procurar ser simpático e tratar o interlocutor como outro interessado na verdade. Deve-se estar realmente interessado, aberto a alterar as suas próprias ideias e ao fato de que o cidadão pode ensiná-lo sobre diversos assuntos.

Há muito tempo os jornalistas vem subestimando os cidadãos enquanto fonte, mas uma cobertura noticiosa pautada na busca dos próprios cidadãos para tentar responder as questões e problemas apresentados ou da forma a bordar a questão pode ser surpreendentemente positiva, poderosa e eficaz. É essencial buscar formas novas e criativas de ouvir o cidadão e extrair deles o melhor, entendendo-os como fonte inesgotável de conhecimento.

## **Análise do Jornal A Semana**



Para a breve análise cívica do uso da fonte e da relação do veículo com o cidadão, selecionamos as seis principais matérias de seis edições do jornal A Semana, publicadas no período de 3 de fevereiro a 7 de abril, para uma análise qualitativa. O veículo tem sua sede em Vitória da Conquista, Bahia, e como o próprio nome indica, é semanal. Em suas edições são publicadas as notícias referentes aos últimos sete dias anteriores ao fechamento do jornal.

Além da análise, usamos o recurso da entrevista. Foram entrevistados dois jornalistas do veículo para responderem perguntas referentes à relação do veículo com os cidadãos na produção de matéria, já que aqueles estão em contato direto com esses. Foram eles, Muller Nunes (o qual escreveu quatro das matérias analisadas), 23 anos, no jornal há oito meses e João Oliveira Lemos (o qual escreveu duas das matérias analisadas), 56 anos, no jornal há 12 anos.

## **Entrevistas**

Na entrevista, referente à importância do público enquanto fonte, ambos citaram os cidadãos como elemento primordial da notícia. “É através do cidadão que a notícia começa, já na apuração dos fatos e é para ele que volta a fim de entendermos seu posicionamento”, relatou Muller. Apesar de reconhecerem a importância do público no processo de produção da matéria, ambos os jornalistas defendem que os especialistas e as autoridades são imprescindíveis no texto para que ele tenha validade, confiabilidade e seja reconhecido pela comunidade. Muller conta ainda que “nem sempre o cidadão tem a informação que se deseja obter. Ele quer saber o posicionamento das fontes oficiais, por isso é necessário busca-lo e, além disso, o público pode ser muito senso comum”. Nesse sentido, os jornalistas parecem não optar pela inversão da lógica organizacional tradicional proposta pelo modelo cívico como meio de generalizar o testemunho das elites e personalizar o testemunho dos cidadãos.

Quando questionados se há uma diferença de tratamento ou do nível de complexidade nas perguntas por eles direcionadas ao cidadão comum e aos especialistas, João Oliveira defende a diferença no tratamento: “Depende de quem é o entrevistado. Por exemplo, um autor famoso, vendedor de best-seller, você não pode conversar, como alguém que vai reclamar do atraso do ônibus. Você tem que acompanhar o nível do entrevistado”. Apesar de considerar o cidadão como elemento



essencial no texto jornalístico, os profissionais contradizem uma das filosofias do jornalismo cívico ao não se dirigir as pessoas como participantes potenciais do debate público, subestimando-as em suas respostas e deixando de auxiliá-las a agir politicamente.

Ambos os jornalistas relataram tentar aproximação com o entrevistado a fim de construir uma atmosfera adequada para uma conversa entre cidadãos, possibilitando que ele se sinta confortável para se expressar livremente. Disseram ainda, evitar questões do tipo “sim-ou-não” e sempre que possível trazer questionamentos que levem ao reexame das ideias dos entrevistados e não escutar apenas as partes das respostas que lhe interessam.

Com relação à imparcialidade jornalística e a proposta de David Marritt de que o jornalista deve não somente informar, mas também formar o cidadão, João Oliveira avalia que o profissional da área deve manter-se como observador distante a fim de proteger-se através do modelo tradicional de eventuais acusações de parcialidade em seus textos. Por isso, acredita que os profissionais devem ouvir os dois lados da história, tentando trazer a ela o máximo de veracidade e não emitir qualquer opinião. Já Muller Nunes se identifica com a proposta de formação do cidadão e acredita que “o cidadão nem sempre tem educação formal necessária para entender o que se passa ao seu redor, por isso acredita que o profissional deve sair de seu lugar da imparcialidade para interpretar a notícia”.

### **Matérias analisadas**

Foram publicadas duas matérias consecutivas como capa do jornal abordando o caso da superlotação no Presídio Nilton Gonçalves, tendo elas como títulos: *Superlotação no Presídio Nilton é grave* e *Caos no sistema prisional de Vitória da Conquista* (na respectiva ordem de publicação). A fonte da primeira matéria é o presidente do Conselho de Assuntos Penais da cidade e da segunda são o Coordenador da Polícia Civil e o diretor interino do Sindicato dos Agentes Penitenciários de Vitória da Conquista. É atribuído ao texto ênfase na situação degradante em que se encontram os presidiários e na dificuldade dos agentes penitenciários lidarem com a situação, no entanto, mostra-se apenas a visão dos especialistas, que juntos somam cinco falas ao longo dos textos. Antecedendo a única fala do representante dos agentes penitenciários na segunda matéria, defendendo suas reivindicações, é precedida a frase “para piorar a



situação os agentes penitenciários paralisam as atividades nessa sexta-feira e ameaçam uma greve”. É nítido o juízo de valor sobre a decisão da categoria. Apesar de constar na manchete a foto dos presidiários encarcerados em condições desumanas, não foram citados como fonte, o que aponta para a exploração e o sensacionalismo no uso de sua imagem. O texto apresenta o problema e não orienta o cidadão ou dá meios que pense em soluções possíveis para o caso ou mostra exemplos de soluções apresentados em outros lugares com dificuldades parecidas.

A matéria *Promotores de Vitória da Conquista Consideram PEC 37 como atentado à democracia*, aborda a visão dos promotores conquistenses sobre o Projeto de Emenda Constitucional (PEC 37), que atualmente tramita no Congresso Nacional e propõe a restrição do poder de investigação criminal a polícia civil e federal. Existem apenas duas fontes, sendo elas a promotora pública e coordenadora do Ministério Público Estadual da cidade e o procurador do Ministério Público Federal. O próprio título evidencia que a opinião do cidadão comum sobre o tema não é interessante, e o posicionamento é ratificado ao passo que durante o tempo previsto para análise das matérias não foi encontrado em todo o jornal algum texto que aborde a visão do cidadão o tema ou o cite em qualquer momento como fonte. Ademais, o tema é explicado superficialmente, de forma que não mune o cidadão suficientemente de conteúdo para definir uma posição sobre o assunto.

Ironicamente, a matéria que recebe o título *Reajuste do IPTU chega a 5,95% e preocupa o contribuinte* não possui nenhuma fala do cidadão comum, apenas uma única fonte citada no texto: o inspetor geral de rendas da Prefeitura de Vitória da Conquista. Interessante na matéria é a presença de um box explicando a quem compete o pagamento do IPTU, se é locador ou locatário ou de que forma o impasse é definido. Uma excelente maneira de praticar o modelo cívico de jornalismo seria ampliar recursos como esses, utilizando infográficos e etc. Por exemplo, no texto não há uma sessão de serviços em que poderiam constar números de telefone ou endereços de relevantes de órgãos da prefeitura, bem como seus horários de atendimento, para os cidadãos buscarem mais informações ou tirarem outras dúvidas.

Na matéria *Crise no curso de medicina da Uesb de Jequié é provocada por falta de professores* temos uma maior aproximação da proposta do jornalismo cívico de inversão das fontes. Nela, é usada como base para o texto que aborda a situação caótica que passa o curso, a visão dos estudantes de medicina, citando vários trechos de sua carta aberta apresentando todas as suas reivindicações, explicitando suas mazelas e a



utilização de alunos como fonte (não apenas do líder do movimento). Nela se reconhece os esforços do movimento e seu engajamento em solucionar um problema que atinge aquela comunidade promovendo a noção de que a participação cidadã é a via para a solução do problema. Ainda assim, podemos apontar a ausência de comentários da comunidade externa à universidade que também é afetada com a má formação desses profissionais, por exemplo. Apesar de ampliar a voz dos estudantes, a matéria se limita ao relato e não parece apontar caminhos que auxiliem na solução do problema.

A matéria *Racionamento de água recomeça no dia 18*, como o texto sobre os estudantes de medicina, faz uso mais adequado das fontes, como realizado na matéria anterior sobre os estudantes. Nela, o cidadão, no caso a moradora, é estimulada pelo jornalista a falar sobre as formas criativas que encontrou para economizar água, fazendo-a, nesse processo, refletir sobre suas atitudes frente ao problema, além de compartilhar as possibilidades por ela já encontrada. Em conversa com o ambulante, mostra que a população está preocupada com o problema da escassez e tem tornado o assunto um dos principais temas entre as rodas conversas de conversa da população, estimulando assim a participação. Na matéria dá-se bastante foco na opinião do cidadão comum, deixando expressar-se livremente, se aproximando da lógica do jornalismo cívico.

Apesar de alguns acertos, erros também devem ser apontados. O texto relata apenas a situação da área urbana de Vitória da Conquista e não mostra a realidade dos distritos da cidade. Não há também uma contextualização sobre a seca, em alguns momentos a cita como algo positivo por fazer com que os cidadãos aprendam a economizar energia, mas não relacionam a alta dos preços dos legumes e verduras, a morte dos animais e das dificuldades enfrentadas em locais onde a seca é ainda mais rígida. Novamente não é oferecido ao cidadão um espaço de serviço em que se ofereçam canais pelos quais ele possa se informar melhor ou tirar outras dúvidas sobre o problema levantado na matéria.

## **Conclusão**

O Jornalismo Cívico busca atingir a qualidade da notícia através de mudanças nos veículos, tentando assim torna-los mais socialmente responsáveis. Em qualquer prática do jornalismo cívico é essencial estabelecer o ponto de vista e pautar a sociedade a partir da ótica e interesses do cidadão. Como aponta Lima (2011), essa é a principal maneira de fazer um jornalismo mais cívico, portanto uma alteração no modelo de



relação com o cidadão é necessário. O artigo traz as experiências do jornal A Semana como meio de analisar a forma que esse relacionamento tem se constituído nos veículos e, também, de apontar caminhos mais cívicos para essa relação.

O modelo tradicional seguido pelo jornal A Semana, se afasta de uma visão pública sobre o estado da democracia e não possibilita maneiras ou condições para um debate público de qualidade. As matérias são estritamente informativas, reafirmando a imparcialidade, não contendo textos interpretativos ou que possam ampliar a visão de mundo. Elas não apontam novos caminhos ou possibilidades de solução para os problemas apresentados, servindo meramente como denúncia.

Pudemos observar nas análises que, apesar de considerar o cidadão parte importante do processo de produção da notícia, os profissionais do jornal A Semana, não procuram inverter a lógica tradicional da busca pelas fontes oficiais, umas das mudanças primordiais na proposta do Jornalismo Cívico. Consideram, na verdade, que a legitimidade do texto jornalístico assegura-se na existência da fonte oficial dentro do texto. Além disso, ao se dirigem ao discurso do cidadão como “de senso comum”, burlam outra regra do modelo, o pressuposto de que o cidadão quer ser tratado enquanto tal e que devem ser vistos como participantes potenciais do debate público.

No geral continua-se mantendo o público afastado já que não é dada a oportunidade de se manifestarem livremente sobre o que pautam os jornais e os jornalistas pouco conhecem os cidadãos. São poucas as matérias que pautam o interesse do público ou na visão do público e ofertar a ele algum serviço e trata-lo de fato como cidadão.

O jornalismo cívico se apresenta aqui como método a ser seguido para preencher essas lacunas do modelo tradicional, principalmente no que tange ao relacionamento com o público. Como vimos, a maioria dos esforços são pouco uteis para os leitores ou para atingir uma nova maneira de se aproximar desses levando-os a se interessar pela vida pública e a participação mais ativas em sua comunidade.

### **Referências Bibliográficas**

ANDRADE, H. S. Agência Experimental em Jornalismo Cívico: A tentativa prática de um modelo brasileiro In In: XXXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2011.

CHARITY, A. Doing public journalism. New York, Guilford, 1995.

GOMES, W. . Comunicação e Democracia: Problemas & Perspectiva. São Paulo:Paulus, 2008.



NONATO, M. N.; CARVALHO, F. R. S.; ANDRADE, H. S.; LIMA, M.A. A. Agência Experimental em Jornalismo Cívico: O avanço empírico na produção em Jornalismo Cívico no Brasil. In XIX Prêmio Expocom 2012 – Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação – evento componente XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom Nordeste, 2012

LIMA, Marcus Antônio Assis. Cidadão ou consumidor? Estratégias para a qualidade do jornalismo e da vida pública. Estudos em Comunicação/Communication Studies, 2011.

LIMA, Marcus Antônio Assis. Índícios para uma “análise cívica” do jornalismo: a temática da responsabilidade social. Estudos em Comunicação/Communication Studies, 2011.

LIMA, M. A. A. Filosofia do jornalismo cívico no jornal-laboratório “Oficina de Notícias” da UESB: uma proposta de estrutura para a sala de redação In: VIII Ciclo Nacional de Pesquisa de Ensino em Jornalismo Cívico.

TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. Jornalismo Cívico. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

ROSEN, J. Making journalism more public. Communication, 12(2), 1991.

SILVA, Luiz Martins. Jornalismo Público: o social como valor-notícia. In: GT de Políticas e Estratégias de Comunicação da Compós, 2002.